

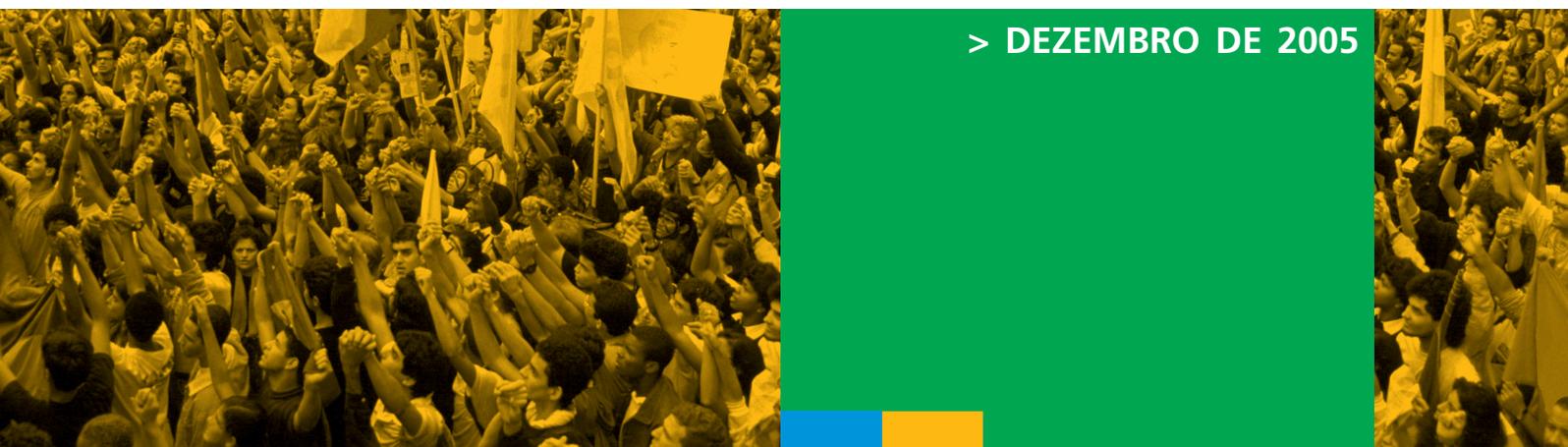


**MAPAS**

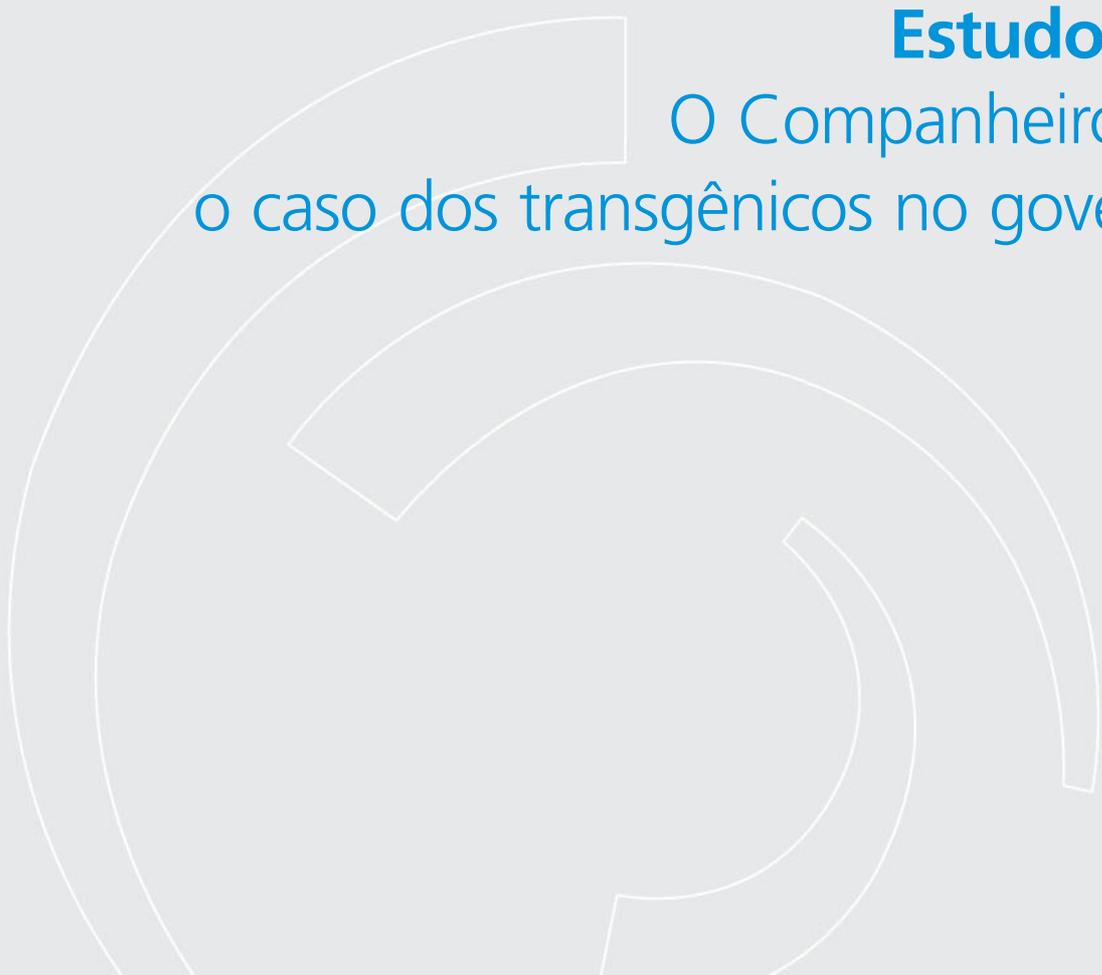
monitoramento ativo da  
participação da sociedade

## RELATÓRIO DO PROJETO

> DEZEMBRO DE 2005



### **Estudo de caso** O Companheiro liberou: o caso dos transgênicos no governo Lula



## O COMPANHEIRO LIBEROU: O CASO DOS TRANSGÊNICOS NO GOVERNO LULA

**Gabriel Bianconi Fernandes**

Engenheiro agrônomo e assessor técnico  
da Assessoria e Serviços a Projetos em  
Agricultura Alternativa (AS-PTA)

Principalmente pela força que ganhou a candidatura de Lula, a corrida presidencial de 2002 marcou a história recente da política no Brasil. O sentimento predominante à época – “desta vez Lula chegará lá” – reavivou esperanças na sociedade, ansiosa por transformações, trouxe novo gás ao debate sobre projetos para o desenvolvimento do país e um voto de confiança à classe política.

Ao mesmo tempo, Lula impôs que, se fosse para perder sua quarta eleição, não concorreria, e o pragmatismo passou, então, a prevalecer sobre os ideais partidários. Assim, a conformação da chapa “Lula Presidente” com partidos que tradicionalmente não compartilharam dos mesmos ideais do Partido dos Trabalhadores (PT) foi um sinal de alerta, confirmado pela divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em junho de 2002. Nela, as medidas que hoje caracterizam a atuação do Ministério da Fazenda são enfatizadas, destacando-se a geração de superávit primário e o aumento das exportações. Depois de ganhas as eleições e transcorridos alguns meses, à medida que não surgiam sinais de que qualquer transformação estivesse em curso, cresceram as críticas de aliados e de membros do próprio partido à forma como o governo vinha sendo conduzido.

Uma vez com o comando do país em mãos, o governo foi crescentemente dando sinais de que a busca pela maioria no Congresso, que teoricamente lhe asseguraria maior “governabilidade”, havia se tornado uma verdadeira obsessão, sendo recorrentemente justificativa para o abandono dos ideais que constituíram o PT e das propostas que motivaram eleitores a votar em Lula. Talvez estivesse aqui a oportunidade única, histórica, que Lula teve e desperdiçou. A cúpula do governo petista não soube (ou não quis) inovar politicamente. As mais de 53 milhões de pessoas que votaram em Lula esperavam mudanças e estavam dispostas a dar o apoio político e o respaldo social que seriam necessários para sustentar o governo nas ocasiões em que fossem adotadas medidas contrárias ao interesse dos setores que se beneficiam da ordem estabelecida. Lula foi eleito para promover mudanças, mas elas não ocorreram, muito menos na forma de fazer política, e o conservadorismo tomou conta do núcleo de decisão do governo. O apoio concreto da maioria da sociedade foi trocado pelo virtual apoio da maioria no Congresso. O governo popular negou sua identidade e deu as costas ao povo. Deu as costas também a uma parcela de seus integrantes, tanto que os parlamentares petistas que se mantiveram fiéis às posições históricas do partido e não se renderam às “forças pragmáticas” são tidos pela cúpula do governo como um verdadeiro estorvo.

A tendência continuísta que marca a gestão petista pode ser ilustrada em diferentes áreas. Este texto, certo de ser incompleto, procura apresentar essa tendência a partir da questão dos transgênicos, discutindo a forma como esse tema foi tratado pelo governo desde a legalização de plantios clandestinos até seu empenho para aprovar uma lei de biossegurança que sofreu forte oposição da sociedade civil organizada e recebeu aplausos de ruralistas e das empresas de biotecnologia.

### Os compromissos de campanha

Durante a corrida presidencial de 2002, a Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos<sup>1</sup> enviou enquete a cinco candidatos questionando-os sobre as políticas que adotariam em relação aos transgênicos, caso fossem eleitos. Lula foi um dos três que responderam às perguntas e, na ocasião, formalizou o compromisso de apoiar uma moratória à liberação do cultivo comercial e da comercialização de transgênicos no Brasil por tempo indeterminado e de manter uma política de controle rigoroso de atividades com produtos transgênicos.

Seu compromisso com a moratória aos produtos transgênicos até que todas as dúvidas relativas à sua segurança para a saúde e o meio ambiente, assim como às questões relativas ao mercado, estivessem resolvidas foi firmado também em diferentes momentos do programa de governo do PT (no Programa Meio Ambiente e Qualidade de Vida,<sup>2,3</sup> no Programa Vida Digna no Campo<sup>4</sup> e duas vezes no Programa Fome Zero<sup>5</sup>).

Antes disso, ainda em 2001, em visita à comunidade de agricultores familiares de São Mateus do Sul, no Paraná, durante a Caravana da Agricultura Familiar, Lula disse que seria “no mínimo burrice” liberar os transgênicos no Brasil. E continuou afirmando que “eu sou radicalmente contra [a liberação dos transgênicos] e acho um retrocesso o governo fazer isso. Isso, na verdade, está acontecendo porque, mais uma vez, a elite política deste país se rende ao fascínio de uma multinacional”.<sup>6</sup> Assim, fica a pergunta: o candidato mentiu a seus eleitores ou mudou de posição após assumir o comando do Planalto? Se o fez, ainda não comunicou os motivos que o levaram a rever sua posição.

---

<sup>1</sup> Ver anexo.

<sup>2</sup> Um breve diagnóstico da situação do marco regulatório existente no país foi feito na página 12, assim como uma crítica à legitimidade da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio): “De acordo com o princípio da precaução, consagrado na Agenda 21, quanto ao potencial impacto dos transgênicos à saúde e ao meio ambiente, o Brasil ainda não pode comercializar os organismos geneticamente modificados (OGMs). Mas o atual governo vem pressionando o Congresso a votar projeto de lei que facilita a liberação dos transgênicos, sem a necessidade de realizar estudos toxicológicos ou ambientais preliminares. Recentemente, o Executivo baixou uma Medida Provisória (2.137/2000), conferindo amplos poderes decisórios para a CTNBio, que já se mostrou abertamente favorável aos OGMs e tem tido, por isso mesmo, sua representatividade diretamente questionada”.

<sup>3</sup> Consta entre as suas propostas: [...] “Estabelecer ações integradas de controle, fiscalização e repressão a plantios clandestinos e ilegais no país” (p. 28, grifo nosso).

<sup>4</sup> Lê-se na página 22 do Programa Vida Digna no Campo: “Manter a moratória provisória na produção, comercialização e consumo dos produtos transgênicos, sem desprezar os investimentos públicos na pesquisa, até a definição do perfil do mercado desses produtos, e o conhecimento científico sobre os seus reais impactos na saúde humana e no meio ambiente”.

<sup>5</sup> A relação com a segurança alimentar é feita na página 50 do Programa Fome Zero: “A produção de sementes transgênicas e sua disseminação entre os agricultores é também um problema de segurança alimentar”. E na página 87 consta a seguinte análise política sobre fome, oferta e acesso a alimentos e o papel dos transgênicos: “Coerentemente com o diagnóstico realizado de que o problema da fome do Brasil, hoje, não é a falta de disponibilidade de alimentos, mas o acesso a eles, não concordamos com a justificativa de que a produção de alimentos transgênicos ajude a combater a fome no país. Pelo contrário, a liberação da produção de transgênicos promoverá uma maior dependência dos produtores dessa tecnologia que, além de mais cara, é monopólio de empresas multinacionais (cerca de 90% das variedades em teste no Brasil são patenteadas por apenas seis empresas multinacionais, que estão entre as maiores do mundo). Além disso, agravaria a atual dependência por outras tecnologias associadas, como uso de herbicidas e outros insumos, para os quais essas plantas são resistentes. O cultivo de produtos transgênicos poderá prejudicar o acesso aos mercados externos importantes para o Brasil, que exigem áreas livres de transgênicos e pode promover uma poluição genética com resultados imprevisíveis. Dessa forma, o Projeto Fome Zero apóia as propostas da Campanha Nacional Por um Brasil Livre de Transgênicos, que envolve diversas entidades e ONGs ligadas aos movimentos sociais e ambientais” (grifo nosso).

<sup>6</sup> Depoimento gravado em vídeo (arquivo AS-PTA).

### **Monsanto e União em Ação**

Em 1998, após a aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)<sup>7</sup> para uso comercial da soja transgênica, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ajuizou ação cautelar para suspender a autorização concedida pela CTNBio para a comercialização e o plantio da soja transgênica *Roundup Ready*, da Monsanto, sem a realização de estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/Rima) e da regulamentação da segurança alimentar do produto. Para reforçar a iniciativa, o Greenpeace se juntou à ação. Logo em seguida, o Idec ajuizou também ação civil pública requerendo que nenhum organismo transgênico fosse liberado no Brasil sem a realização dos estudos de impacto ambiental e das avaliações de riscos à saúde humana e sem a implementação de regras de rotulagem de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Deu-se início, assim, à longa disputa judicial envolvendo o uso de organismos transgênicos.

Após decisão liminar sobre a ação cautelar suspendendo a liberação da soja transgênica, a 6ª Vara Federal de Brasília determinou, em 2000, apreciando a ação civil pública, que os organismos transgênicos deveriam obrigatoriamente passar por estudos de avaliação de riscos ambientais e à saúde antes de serem comercializados. Entre julgamentos em diversas instâncias, a liberação dos transgênicos seguiu suspensa até o início de 2005, quando foi aprovada a nova Lei de Biossegurança, a Lei 11.105/05 (note-se que as medidas provisórias que liberaram a soja transgênica a partir de 2003 ferem decisões judiciais em vigor). Destaca-se que, após o primeiro julgamento, a União se juntou à Monsanto para recorrer contra a decisão.

Assim que Lula assumiu a presidência, a campanha pediu que o governo se retirasse da ação judicial que disputava ao lado da Monsanto contra o Idec e o Greenpeace. O pedido foi ignorado. Também intercederam junto ao presidente, sem êxito, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT/AC), e o advogado geral da União, Álvaro Ribeiro da Costa. Foi ignorado, também, o ofício do núcleo agrário do PT na Câmara Federal encaminhado ao ministro-chefe da Casa Civil, reivindicando que a União deixasse de ser parte no recurso ora em julgamento no Tribunal Regional Federal. O fato de essa investida não ter tido sucesso foi o primeiro grande sinal de alerta sobre a postura que o governo viria a assumir na questão.

Um aspecto fundamental envolvendo os transgênicos na Justiça deve ser destacado: nem a soja nem qualquer outro organismo geneticamente modificado jamais estiveram proibidos no país. A Monsanto, multinacional do ramo de sementes, transgênicos e agrotóxicos, que detém cerca de 90% do mercado mundial de transgênicos, preferiu investir no contencioso judicial a submeter seus produtos a estudos de biossegurança.

---

<sup>7</sup> Órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia encarregado de emitir pareceres técnicos sobre a biossegurança de organismos transgênicos. À época constituído por 18 titulares, seus suplentes e uma secretaria executiva também vinculada ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT). A CTNBio era composta por representantes de seis ministérios (Ciência e Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente, Educação, Relações Exteriores e Agricultura), dois representantes da sociedade civil (defesa do consumidor e proteção à saúde do trabalhador), um das indústrias do setor de biotecnologia e por oito pesquisadores.

### **A “herança maldita abençoada”**

A situação dos plantios ilegais de soja transgênica no Sul encontrada pelo governo Lula foi logo classificada por ele mesmo como sendo mais um naco da “herança maldita” recebida do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Somente no início de 2003, o governo acordou para o problema da safra gaúcha, já debaixo da pressão dos agricultores gaúchos mobilizados pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e apoiados pelo governador Germano Rigotto (PMDB).

Do seu lado, as organizações da sociedade civil já vinham discutindo a crise anunciada da safra gaúcha desde antes da posse do novo governo. Para isso, foi convocado um amplo seminário em Brasília que contou com a participação de representantes de 85 organizações da sociedade civil. A solução proposta foi a exportação, considerando que a omissão do governo FHC, da Monsanto e da Farsul provocou uma situação calamitosa que arruinaria os agricultores gaúchos se aplicada a lei com rigor, isto é, se a soja fosse destruída. Alguns técnicos e responsáveis do governo afirmaram que tal solução, ou seja, a exportação, seria impossível, pois “faltaria soja para o mercado interno” se esse volume fosse exportado. Falácia. As previsões de exportação para o ano eram de mais de 31 milhões de toneladas de equivalente grão e ainda sobriam quase 19 milhões para o mercado interno, mais do que o suficiente para abastecer as indústrias.

A falta de controle da situação, revelada pelo desencontro dos números usados, jogou a favor do fato consumado, e o governo ficou à vontade para passar a fatura a seu antecessor. Para justificar a recusa à sugestão feita pela Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos de exportar a parcela contaminada da safra, o presidente afirmou que não seria possível exportar toda a safra de soja, alegando que toda ela estaria contaminada. O ministro Roberto Rodrigues, em declaração aos jornais após a liberação, falou em 8% da safra nacional, correspondentes a 4 milhões de toneladas. Anteriormente, alguns membros do governo de vários ministérios haviam falado em 30% da safra nacional, ou 15 milhões de toneladas. Outros haviam precisado estimativas de 70% da safra do Rio Grande do Sul, 30% da safra do Paraná e 15% da safra do Mato Grosso, o que resultaria em 9,6 milhões de toneladas. Ninguém informou a fonte desses dados.

Formalmente, o governo convocara, para tratar do assunto, uma comissão interministerial coordenada pela Casa Civil, que contava com a participação de mais oito ministérios: Meio Ambiente, Agricultura, Saúde, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Justiça, Segurança Alimentar e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em sua primeira reunião, a comissão traçou como meta definir o que fazer com a safra de soja contaminada do Rio Grande do Sul e como evitar que esse problema se repetisse no ano seguinte, determinar a organização institucional do governo para dar um tratamento adequado aos transgênicos e tirar a posição do governo quanto à ação que corria na Justiça. Na prática, essa comissão não operou e acabou sendo dissolvida, tendo a decisão ficado restrita a um pequeno grupo que incluía os ministros José Dirceu (Casa Civil), Marina Silva e Roberto Rodrigues (Agricultura). Não é difícil notar que a composição desse grupo menor teve como objetivo isolar a ministra do Meio Ambiente, a qual dizia querer que aquela fosse a última safra transgênica do país.

Apesar da ausência de dados oficiais, sabia-se à época que o plantio com sementes contrabandeadas da Argentina estava concentrado no estado do Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 2004, o Ministério da Agricultura informou sobre a safra de soja 2002–2003: dos cerca de 4 milhões de toneladas de soja transgênica, no máximo, em um total de mais de 50 milhões de toneladas, 93% se concentravam no Rio Grande do Sul<sup>8</sup> (65% da área total com soja no estado).

### **Os primeiros movimentos**

A forma de o governo resolver a situação foi editar uma medida provisória (a MP 113) para legalizar a comercialização da soja produzida clandestinamente, permitindo que ela fosse vendida tanto no mercado interno como no externo.

Com outro tipo de atitude nessa ocasião, a situação de descontrole sobre os plantios clandestinos vivenciadas nas safras seguintes poderia ter sido completamente diferente. Para que isso acontecesse, o governo deveria ter agido no sentido de reprimir a contravenção, baixando medidas para evitar a multiplicação de plantios ilegais e que visassem à recomposição de estoques de sementes convencionais e à reconversão das áreas. Mas o governo fez o contrário: cedeu à pressão dos ruralistas e do governador do Rio Grande do Sul e, apesar de criticar a situação recebida pelo governo anterior, abençoou-a.

### **Da medida provisória ao projeto de lei**

Ao chegar ao Congresso, a MP tinha um prazo curto para ser votada antes de fechar a pauta. Na votação, a MP poderia ser mantida na íntegra, rejeitada na íntegra, ou sofrer alterações e se transformar num projeto de lei de conversão. No total, foram apresentadas 72 propostas de emenda, das quais 63 partiram dos ruralistas, com vistas a transformar a MP em um projeto que facilitasse o cultivo de transgênicos no país. As nove restantes vieram dos deputados Fernando Ferro (PT/PE), Luci Choinacki (PT/SC) e Janete Capiberibe (PSB/AP), que propunham restrições à liberação.

Na ocasião, as entidades e movimentos da campanha se reuniram com lideranças do Congresso e ministros para discutir as posições do governo e como seria a passagem da MP pelo Congresso. Todos, com exceção da Agricultura, responderam que a posição do governo era pela manutenção do texto original. No mesmo período, desfrutando de grande liberdade, o ministro da Agricultura foi à imprensa declarar que “esta provavelmente será a última safra antes de o Congresso liberar a produção de transgênicos”.

O parecer do deputado Josias Gomes (PT/BA), relator da MP no Congresso, só foi divulgado na manhã em que foi votado e sugeriu a manutenção do texto na íntegra, com rejeição das 72 emendas apresentadas. No entanto, o governo negociou algumas alterações com a bancada ruralista com o argumento de que isso seria necessário para garantir a aprovação do parecer no plenário. Os ruralistas ameaçavam votar um substitutivo global, caso não houvesse concessões na proposta do

---

<sup>8</sup> Dados do Ministério da Agricultura fornecidos ao deputado Edson Duarte (PV/BA) em resposta a requerimento de pedido de informação (nº 2.081, de 2004).

relator. As concessões feitas incluíam o aumento do prazo para comercialização da safra, o afrouxamento das penalidades nos casos de descumprimento da norma, a permissão de acesso a mecanismos oficiais de crédito agrícola e financiamento e uma tolerância de 1% de contaminação com soja transgênica para rotulagem.

Com essas mudanças, o governo deu um sinal aos agricultores dizendo que a infração não era tão grave e que o governo não estava tão empenhado em punilos. Ou seja, arriscar a ilegalidade de novo na próxima safra poderia não parecer tão perigoso.

Mas o que não estava escrito na MP era que, para conseguir esse acordo, mesmo com todas as alterações concedidas, o governo prometeu à bancada ruralista encaminhar ao Congresso, no prazo de 30 dias, um projeto de lei regulamentando a matéria de uma vez por todas. Segundo o acordo, o projeto de lei seria encaminhado em regime de urgência constitucional, ou seja, sem a necessidade de apreciação por comissões, sendo levado a plenário em 45 dias. Nesse meio tempo, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, foi ao Rio Grande do Sul, em uma solenidade dos que plantam ilegalmente soja modificada e, de lá, avisou que a Casa Civil já estava encaminhando o projeto de lei ao Congresso.

### **O trenzinho da Monsanto**

Ainda durante o governo FHC, a Monsanto convidou um grupo de parlamentares para ir aos Estados Unidos visitar sua sede. As organizações da campanha souberam da iniciativa e articularam uma ação de denúncia, que acabou por abortar a viagem. Em junho de 2003, já sob Lula, a proposta foi retomada, mas com nova cara: o convite foi feito pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, e as passagens seriam pagas pela Associação Brasileira de Sementes (Abrasem), que tem a Monsanto como afiliada – com desembolso estimado em R\$ 231.288,00.<sup>9</sup> Dessa vez, a viagem saiu, e a maior parte da comitiva recebeu as passagens e uma ajuda de custo de US\$ 600 em espécie das mãos da embaixadora dos Estados Unidos em Brasília, Donna Hrinak.

Embarcaram no “trenzinho da Monsanto” os deputados federais Josias Gomes (PT/BA), Nilson Mourão (PT/AC), Paulo Pimenta (PT/RS), Zé Geraldo (PT/PA), Fernando Ferro, Givaldo Carimbão (PSB/AL) e Luiz Carlos Heinze (PP/RS). Além de ir à sede da Monsanto em Saint Louis e a órgãos do governo norte-americano, a comitiva foi à África do Sul, onde a multinacional produz sementes de espécies transgênicas e mantém campos experimentais. A passagem pela África não poderia deixar de incluir uma visita a um famoso parque nacional para um safári.

Pelo governo, também viajaram o assessor do ministro-chefe da Casa Civil, Érico Feltrin, que acompanhou, pela Casa Civil, o processo de elaboração do projeto de lei, e Marcos Afonso, diretor administrativo do Ministério das Relações Exteriores.

Indagado sobre os aspectos éticos da viagem, Feltrin respondeu: “Eu não tinha analisado o assunto sob esse aspecto. Nossa intenção é ter acesso a todo tipo de informação sobre o assunto”.<sup>10</sup> No governo FHC, Érico Feltrin ocupara cargo de

---

<sup>9</sup> Informação do jornal Folha de S.Paulo, de 18 de junho de 2003.

<sup>10</sup> Idem.

confiança na equipe do ex-ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que, mais de uma vez, “anunciou” dos Estados Unidos que o Brasil havia liberado os transgênicos. Não por acaso, essas declarações foram feitas às vésperas de a Monsanto divulgar, nos Estados Unidos, a seus acionistas seu balanço financeiro.

Integraram a comitiva a título de observadores dois assessores do PT na Câmara, dois representantes de ONGs brasileiras (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos/ Inesc e Centro de Pesquisa e Assessoria/Esplar), quatro cientistas e um representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No primeiro relato que divulgaram, os observadores destacaram que os parlamentares ficaram surpresos com a “revelação” de que o Food and Drug Administration (FDA), órgão que regula alimentos e medicamentos nos Estados Unidos, não faz qualquer teste para certificar a segurança dos alimentos transgênicos e que a instituição apenas homologa o que as empresas dizem. Apesar disso, a lavagem cerebral feita nos deputados funcionou. Quase todos voltaram favoráveis à liberação dos transgênicos. O deputado Fernando Ferro é um exemplo de parlamentar que tinha um passado ativo de crítico e voltou favorável.

### **Governo ignora sua MP 113**

A passagem da MP 113 pelo Congresso deu origem à Lei 10.668, que estabelecia que toda a soja transgênica da safra 2002–2003 deveria ser segregada da convencional e identificada com rótulos sempre que a contaminação com transgênicos fosse superior a 1%. Além disso, o governo deveria ainda criar mecanismos de incentivo à exportação da soja transgênica, bem como impedir que os grãos transgênicos colhidos em 2003 fossem usados como sementes na safra 2003–2004.

A comprovação de que o governo – especificamente, o Ministério da Agricultura – não controlou a soja transgênica colhida em 2003 partiu de um requerimento de informação ao Ministério da Agricultura formalizado pelo deputado federal Edson Duarte (PV/BA).<sup>11</sup>

Com apenas uma das repostas oficiais do Ministério, pode-se observar sua política deliberada de “deixar rolar”, que contribuiu na prática para que vigorasse a “lei do fato consumado”.

Perguntou o requerimento:

*Que destino foi dado à soja transgênica que está sendo colhida, submetida à MP 113? Que volume destinou-se ao mercado interno e ao mercado externo? Que Unidades da Federação estão recebendo esta soja? Para que países está sendo ou será exportada?*

E a resposta dada foi:

*Segundo o artigo 1º da Lei 10.688/03, a comercialização da safra de soja 2003 é ação legal até o dia 31 de janeiro de 2004, sendo vedada, entretanto, a sua utilização como grão. Desta forma, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até o momento, tem conferido aos grãos comercializados, dentro de suas funções de rotina, o mesmo tratamento do grão convencional, sendo inviável a determinação precisa do destino da parcela transgênica.*

---

<sup>11</sup> Requerimento de Informação nº 2.081, de 2004.

O governo nunca teve a preocupação de controlar o cultivo ilegal de soja transgênica no país. O fato de o Ministério da Agricultura não produzir, ou não divulgar, estatísticas sobre a real extensão do problema também contribuiu, de maneira decisiva, para que estimativas propositadamente infladas sugerissem sempre um quadro de difícil reversão. Prova dessa omissão foi a declaração de um técnico do Ministério da Agricultura que disse ao jornal *Folha de S.Paulo* que, após a liberação da comercialização, nem os produtores nem o ministério se preocuparam em fazer a segregação entre a soja transgênica e a convencional.<sup>12</sup>

A legislação brasileira de rotulagem prevê uma divisão de tarefas entre órgãos dos ministérios da Agricultura, da Saúde e da Justiça ao longo da cadeia de produção de alimentos. O Ministério da Agricultura é a encarregado de fiscalizar as lavouras; o da Saúde, as indústrias; e o da Justiça, o comércio. A cooperação entre esses órgãos, sobretudo por meio da troca de informações, permitiria a rastreabilidade dos produtos e sua rotulagem. Para isso, o ponto de partida seriam as informações das fiscalizações a campo, nunca repassadas pelo Ministério da Agricultura aos demais ministérios. Assim, a rotulagem de alimentos e derivados de transgênicos continua até hoje em vigor, mas no papel.

E o deputado Duarte conclui: “As respostas que obtive do Ministério da Agricultura mostram que o governo não estava preparado para liberar a comercialização da soja e fazer cumprir a lei. Se não estava preparado, por que liberou?”.

### **A segunda MP, a 131**

O projeto de lei não avançou com a velocidade que o ministro Roberto Rodrigues gostaria, e o governo já havia sinalizado que não reprimiria o plantio de soja transgênica ilegal. Isso gerou o seguinte resultado: com a proximidade do plantio de uma nova safra, novamente ruralistas gaúchos capitaneados pela Farsul e pelo governador do estado pressionaram por uma nova MP, dessa vez com a exigência de que fosse liberado o plantio da soja RR na safra 2003–2004.

O governo, com sua postura de não desagradar àqueles que sempre foram considerados adversários, consentiu em publicar mais uma medida provisória. Um primeiro texto foi acordado em reunião que o presidente Lula convocou com o governador Germano Rigotto (PMDB/RS) – levado a Brasília em jatinho da Força Aérea Brasileira –, o ministro da Casa Civil, parlamentares pró-transgênicos (Paulo Paim e Paulo Pimenta, ambos do PT/RS, e Josias Gomes, do PT/BA) e o secretário executivo do Ministério da Agricultura, para decidir a questão. A ministra Marina Silva sequer foi avisada da reunião e, por estar fora de Brasília, ordenou que o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone, fosse até o Palácio do Planalto e pedisse que a MP não fosse assinada antes de uma conversa pessoal dela com o presidente.

Lula sabia que liberar o plantio da soja transgênica via medida provisória seria uma medida bastante impopular. Assim, viajou para o exterior e deixou a tarefa para o vice-presidente.

---

<sup>12</sup>Informação do jornal *Folha de S.Paulo*, de 23 de agosto de 2003.

A atitude do presidente foi alvo de forte mobilização da sociedade, que enviou *e-mails* contra a proposta ao vice-presidente José Alencar, ao presidente Lula e aos ministros, mas enviou flores à ministra Marina Silva.

Nesse período, participavam do Acampamento Nacional contra os Transgênicos, pela Soberania Nacional e pela Alimentação Saudável, em Brasília, mais de 400 trabalhadores e trabalhadoras rurais de todas as regiões do Brasil. Integrantes de diversos movimentos sociais e organizações de agricultores, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul)/CUT, a Rede Ecovida de Agroecologia e a Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB), ficaram mais de um mês acampados em Brasília em protesto contra a liberação dos transgênicos. Além das manifestações públicas, as pessoas acampadas também promoveram palestras, debates e oficinas.

O acampamento e as manifestações contra a edição da medida provisória e do projeto de lei receberam o apoio, entre outros, da Comissão para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz da CNBB, por meio do seu presidente, dom Aldo Di Cillo Pagotto, bispo de Sobral (CE), e dos bispos dom Demétrio Valentini, de Jales (SP), dom frei Luís Flávio Cappio, de Barra (BA), dom Pedro Luiz Stringhini, bispo auxiliar de São Paulo, e de parlamentares, como a senadora Fátima Cleide (PT/RO), que, do plenário do Senado, convidou seus colegas a participarem das atividades previstas para o período em que os trabalhadores permaneceriam acampados.

A Associação dos Magistrados do Brasil e a Associação Nacional de Procuradores também se posicionaram, alertando o vice-presidente sobre os riscos de assinar uma medida considerada inconstitucional.

Toda essa pressão não conseguiu impedir que a MP fosse publicada em 26 de setembro, autorizando o plantio de sementes de soja transgênica na safra 2003–2004, mas constrangeu o governo como jamais se havia visto nesse campo e rendeu capa dos principais jornais do país, chamando a atenção para a complexidade do tema e para tantos problemas que o governo insistiu em esconder. A sociedade ficou mais sensibilizada para o problema dos transgênicos.

Não fosse essa mobilização, que respaldou o esforço empreendido pela ministra Marina Silva, apoiada pelo ministro Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), o resultado seria certamente ainda pior. A MP assinada foi recuperada em uma série de pontos a partir do texto negociado com o governador Rigotto.

Para justificar sua decisão, Lula adotou a argumentação do *lobby* pró-transgênicos, dizendo que, àquela altura, não haveria sementes convencionais em quantidade suficiente para abastecer os sojicultores do sul do país na safra 2003–2004. No entanto, havia cerca de 250 mil toneladas de mais de 40 variedades convencionais disponíveis para aquele estado, segundo dados do próprio Ministério da Agricultura. Essas sementes seriam suficientes para cobrir cerca de 5 milhões de hectares, ou seja, mais que a área total cultivada com soja no estado.

Posteriormente, em junho de 2004, a China recusou quatro carregamentos da safra 2003–2004. A soja exportada apresentava elevados níveis de contaminação por fungicidas usados para tratar sementes, mas nunca grãos destinados ao consumo. A conclusão óbvia é a de que, ao receberem a sinalização do governo de que o plantio de soja transgênica estava liberado, os produtores estocaram as sementes convencionais que haviam comprado e recorreram às transgênicas. Com a colheita, produtores e empresas desovaram as sementes não-utilizadas misturadas aos grãos colhidos. Como os níveis de contaminação foram bastante elevados, sobretudo no primeiro carregamento, fica evidente que nunca faltou semente de soja não-transgênica. Na tentativa de reverter a rejeição do produto, o ministério da Agricultura enviou delegação à China. Sua posição foi a de que não havia problema sanitário em jogo, mas sim a imposição de barreiras comerciais pelos chineses. Com a MP 131, Lula novamente não só manteve, mas também estimulou o plantio de soja transgênica no país.

Mas as manifestações e ações contrárias à MP 131 se multiplicaram tanto no Congresso como fora dele. Dias após a publicação da MP, foi divulgada uma nota pública de repúdio à MP. Em apenas dois dias de articulação, mais de dez senadores e 30 deputados e de dezenas de organizações da sociedade civil aderiram ao manifesto.

O senador pelo PSB do Amapá, Alberto Capiberibe, renunciou à vice-liderança do governo no Senado por ser contra a MP 131.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) enviou uma carta ao presidente manifestando seu “desconforto pelo fato de, desde fevereiro passado [2003], estar buscando dialogar, sem sucesso, primeiro em relação à edição da MP 113, e depois sobre o Projeto de Lei ainda em discussão e, agora, sobre a MP 131, que trata de uma questão com evidente relação com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional”. A carta foi assinada por seu então presidente Luiz Marinho (também presidente da CUT). Lula telefonou para Marinho e prometeu incorporar os grupos de trabalho do Consea nos debates sobre transgênicos.<sup>13</sup>

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu três pedidos de ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) visando à suspensão da MP. O primeiro a protocolar a ação foi o Partido Verde (PV). Diversos parlamentares de vários partidos acompanharam o deputado José Sarney Filho (ex-ministro de Meio Ambiente) ao STF para a entrega da ação.

Dois dias depois do PV, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o procurador geral da República, Cláudio Fontelles, ajuizaram suas Adins.

A decisão da Contag em recorrer contra a MP 131 foi tomada em reunião com representantes das Federações de Trabalhadores na Agricultura de todos os estados por 26 votos a um. Só a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) gaúcha votou contra.

O procurador geral da República decidiu tentar impugnar a MP após receber representação assinada pela Associação Nacional dos Procuradores, pela Associação Nacional dos Juizes Federais e por outras entidades, solicitando a medida.

---

<sup>13</sup> Informação do jornal Folha de S.Paulo, de 3 de outubro de 2003.

Certamente, com o intuito de amenizar o enorme desgaste político provocado pela edição da MP 131, o governo encaminhou, poucos dias depois, à Câmara dos Deputados o projeto de lei de biossegurança razoável, como a ministra Marina desejava, sobemos depois, para entregá-lo às raposas no Congresso.

### **O projeto de lei do governo**

O projeto de lei do governo estava programado para atender a todos os anseios dos ruralistas. Como foi relatado, só não o foi de imediato graças ao enorme desgaste gerado pela publicação da MP 131.

Para elaborá-lo, o presidente Lula criou uma comissão interministerial que trabalhou durante alguns meses até apresentar uma proposta. Concluída a minuta, o presidente convocou uma reunião para definir a versão final do texto a ser encaminhado ao Congresso. A imprensa, no entanto, divulgou que ele seria diferente do produzido pelo grupo. Por determinação do presidente, o conteúdo do projeto não foi divulgado, e os ministros participantes ficaram proibidos de dar declarações a respeito.

A comissão interministerial operou quase que sem nenhuma influência da sociedade civil, mas, para não dizer que não houve oportunidade de participar desse processo, após inúmeros pedidos, algumas audiências foram realizadas na Câmara, além de ter sido organizado um seminário, bastante desequilibrado em sua composição e distribuição do tempo, é bom destacar.

Nesse meio tempo, Lula foi convencido a ouvir os especialistas, e a ministra Marina deu seu primeiro sinal de condescendência. Um técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), conhecido propagandista dos transgênicos, apresentou seus argumentos ao presidente em reunião que não teve direito ao contraditório. Marina não se esforçou para que o presidente também recebesse especialistas com visão similar à do Ministério. Ao sair dessa reunião, Lula disse estar “tecnicamente convencido das vantagens dos transgênicos”.

Após quatro meses de trabalho da comissão, o governo encaminhou seu projeto de regulamentação dos transgênicos ao Congresso no fim de outubro de 2003. O texto foi considerado uma vitória do movimento ambientalista e da ministra Marina Silva por preservar as competências dos ministérios envolvidos com o tema e por determinar que qualquer produto transgênico só pudesse ser liberado comercialmente após passar por avaliações de riscos e sobre sua conveniência econômica e social. A campanha avaliou que ele resolvia a maior parte dos conflitos de interpretação sobre a legislação e encerraria o imbróglio legal que o governo criara com a edição de medidas provisórias para legalizar o cultivo e comercialização da soja transgênica.

Mas a aparente boa vontade do governo não passou de resposta momentânea ao descontentamento dos diferentes setores da sociedade que se levantaram contra a edição da segunda MP pelo governo para liberar a soja RR. Nos bastidores do Congresso, foram costurados os acordos que garantiram a desconfiguração do projeto original.

Em seu ponto mais polêmico, foi proposto que a CTNBio emitiria pareceres prévios sobre pedidos de liberação comercial de organismos transgênicos, que seriam vinculantes nos casos favoráveis à liberação (ou seja, quando a CTNBio recomendasse a liberação, os ministérios seriam obrigados a acatar os

pareceres e a emitir os registros; quando a CTNBio rejeitasse pedidos de liberação de transgênicos, o processo se encerraria e não seguiria para os ministérios) a avaliação pelos ministérios seria conduzida). O projeto de lei também propôs a criação do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto por 11 ministros e incumbido de avaliar a conveniência e a oportunidade socioeconômica de produtos em vias de liberação para uso comercial. O CNBS só se reuniria por determinação do presidente da República ou solicitação de qualquer um de seus membros.

Uma semana antes de o projeto de lei chegar à Câmara, foi lançada a Frente Parlamentar pela Biossegurança, com 71 deputados federais e três senadores, liderados (extra-oficialmente) pelo deputado João Alfredo (PT/CE). A Frente teve o papel de puxar o debate no Congresso e mobilizar os parlamentares críticos aos transgênicos durante sua passagem pelas duas Casas.

### **A MP marotamente modificada**

Mesmo no calor da renúncia do senador João Capiberibe (PSB/AP) à vice-liderança do governo no Senado e da saída do deputado Fernando Gabeira do PT (RJ), ambos em protesto contra a edição da MP 131, o governo deu de ombros às demonstrações de insatisfação de seus aliados e indicou o deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, para relator da medida provisória. Pimenta vinha se destacando no partido como grande propagandista dos transgênicos, apoiando todas as ações de pressão em favor da liberação na tentativa de ganhar prestígio entre os grupos de agricultores gaúchos. A nomeação foi lamentada pelo deputado Orlando Desconsi, também do PT gaúcho, e por outros petistas, que manifestaram seu descontentamento à imprensa. Em reação à crise, o presidente do PT, José Genoíno, chegou a propor que o PT retomasse seu programa de governo, sobretudo na área ambiental. Mas esses desgastes com a bancada do partido, com o Judiciário e com a sociedade civil organizada pareceram não incomodar o governo.

Repetindo a lógica da soja transgênica, introduzida ilegalmente, Lula contrabandeou em uma MP sobre habitação popular um artigo que estendeu em 40 dias o prazo para que os agricultores que fossem plantar soja transgênica em 2003 assinassem o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta. A assinatura do termo, exigido pela MP 131, que liberou o plantio da soja transgênica na safra 2003–2004, era necessária para que os agricultores conseguissem financiamento oficial. Ponto para o ministro Roberto Rodrigues, que se acertou com o chefe da Casa Civil<sup>14</sup> para passar o artigo por debaixo dos panos. A rasteira, que também feriu as normas para edição de medidas provisórias, foi levada a cabo com o presidente em viagem à Espanha, de forma a isolá-lo das críticas. Repetiu-se a fórmula usada para a ocasião da assinatura da MP 131, que ficou para o vice José Alencar.

---

<sup>14</sup> Conforme declaração de Rodrigues à Agência Estado em 24 de outubro de 2003.

### **Soja Roundup Ready + Roundup**

A soja transgênica foi modificada para ser resistente ao herbicida à base de glifosato, *Roundup*. Daí seu nome, *Roundup Ready* (ou RR). A Monsanto detém as patentes da soja RR e, até 2000, tinha também direitos monopólicos sobre o glifosato garantidos por patentes.

A MP 131 autorizou o plantio de sementes de soja transgênica no Brasil para a safra 2003–2004. Acontece que o *Roundup* não tinha registro para ser usado em pós-emergência no Brasil. Seu uso era permitido para controle do mato antes de a cultura nascer. Visando solucionar o problema, o Ministério da Agricultura encaminhou ao Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA) uma solicitação para autorização de uso emergencial do produto na soja transgênica. E o Idec ingressou na Justiça Federal com uma ação civil pública contra o uso do herbicida em pós-emergência na soja.

O comitê, composto por dois representantes do Ministério da Saúde, dois do Ministério da Agricultura e dois do Ministério do Ambiente, negou o pedido do Ministério da Agricultura, revelando que sem critério foi a liberação da soja transgênica. A rigor, tecnicamente a autorização do plantio não serviria para nada, pois, sem o *Roundup*, de nada serve a semente transgênica.

Então, voltou à cena o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), que, em reunião com José Dirceu, pressionou o governo pela liberação do uso do glifosato. A situação montada com a medida provisória regularizou temporariamente a situação do agricultor que usou as sementes vindas da Argentina, mas, ao mesmo tempo, poderia prendê-lo caso fosse usado o herbicida glifosato sobre a lavoura crescida.

O impasse, que chegou a ser avaliado como vitória do Ministério do Meio Ambiente, após idas e vindas acabou sendo resolvido por decisão política, que não só liberou o uso do glifosato na parte aérea da soja, mas também elevou em 50 vezes o limite máximo de resíduo do agrotóxico permitido no produto colhido.

### **O primeiro turno de votação da Lei na Câmara**

Quando o projeto de lei chegou à Câmara, o então líder do governo, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), recebeu sua relatoria. Aldo chegou a apresentar um parecer à Comissão Especial Temporária, que analisaria o texto antes de ele ser encaminhado ao plenário, mas foi nomeado ministro da Coordenação Política antes de sua votação. O deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE) assumiu a relatoria do texto que foi finalmente aprovado.

Teve peso sobre a decisão da Câmara a atuação da Comissão Especial Temporária. Ela foi presidida pelo ruralista Silas Brasileiros (PMDB/MG) e teve maioria de deputados pró-transgênicos e contrários à manutenção do texto do governo. À época, já se sabia que, sem a determinação do governo, esse projeto não sairia ileso de sua travessia pelo Congresso. Corroborava com essa visão o fato de que, até aquele momento, o governo se regozijava de ter conseguido aprovar as matérias que julgava importantes. Mas a participação do partido do governo na comissão reforçava a tese de que o envio ao Congresso de um projeto pautado pelo princípio da precaução era uma farsa. Tanto é que, dos seis deputados petistas que integraram a comissão, quatro eram pela rápida liberação dos transgênicos (Josias Gomes/BA, Paulo Pimenta/RS, José Pimentel/CE e Fernando Ferro/PE) e

dois pela cautela (Luci Choinack/SC e João Grandão/MS). A nomeação do líder Aldo Rebelo como relator do projeto de lei mostrava que o projeto seria aprovado do jeito que o governo quisesse. Ao assumir a função, Rebelo declarou ser “a favor [dos transgênicos] com margem de segurança. Não apenas na questão da saúde, mas também comercial. Não pode haver monopólio de sementes”.<sup>15</sup> Citando fontes palacianas, a *Folha de S.Paulo* publicou, na mesma ocasião, reportagem que informava: “Apesar de ter feito mudanças para prestigiar a ministra Marina Silva, o Planalto avalia que [seu] projeto [...] será modificado no Congresso pela bancada ruralista. [...] O governo crê que será aprovado projeto mais próximo ao defendido pelo ministro Roberto Rodrigues (Agricultura), que tem visão mais pragmática e comercial sobre o tema do que Marina”.<sup>16</sup> A queda-de-braço estava conformada, e o governo, sem assumir publicamente, tomou partido pelo “pragmatismo”.

De fato, o parecer apresentado por Aldo Rebelo à Comissão Especial, enquanto ainda era relator do projeto de lei na Câmara, conferia poder terminativo à CTNBio para deliberar sobre pesquisa e comercialização de organismos transgênicos.

Ao assumir a relatoria do projeto, Renildo Calheiros não acatou o texto deixado por Aldo Rebelo e recomeçou a discussão. Em parte por isso, apesar de não demonstrar à época ter posição sobre o tema, foi insistentemente classificado pela imprensa como “forte aliado da ministra Marina Silva”.

A ministra do Meio Ambiente, como parece ser sua forma de fazer política, interferiu nessa negociação já quase no ponto de *não-retorno*, indo ter com Lula pessoalmente. A intervenção da ministra também incluiu negociações madrugadas dentro na casa do deputado João Paulo Cunha (PT/SP), então presidente da Câmara. Há a suspeita de que, na casa de Cunha, a ministra tenha chegado até a ameaçar entregar o cargo.

Finalmente, o projeto de lei aprovado em fevereiro de 2004 na Câmara dos Deputados foi resultado de um enorme esforço de negociação que também contou com a participação ativa do próprio governo. Como resultado dessa negociação, o texto sofreu pioras em relação ao projeto de lei original enviado pelo Executivo ao Congresso. Mesmo assim, foi mantida uma distinção fundamental entre competências para autorização de pesquisas e para liberações comerciais de transgênicos.

O meio termo produzido pelo processo político na Câmara deixava a cargo exclusivo da CTNBio a liberação para pesquisas envolvendo transgênicos (atendendo a reivindicações dos ruralistas em sua suposta defesa da “liberdade de pesquisa” e do avanço científico), mas as autorizações para comercialização deveriam passar por diversas instâncias. A primeira delas seria uma revisão da biossegurança do produto feita pela CTNBio, seguida por uma análise dos aspectos da conveniência e oportunidade socioeconômica e do interesse nacional feita pelo CNBS. Feito isso, o pedido seguiria para os órgãos de fiscalização e registro dos Ministérios da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente e à Secretaria de Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, garantindo, assim, a realização prévia dos estudos de impacto à saúde e ao meio ambiente. Se esses órgãos, a partir dos estudos

---

<sup>15</sup> Informação do jornal O Estado de S. Paulo, em 5 de novembro de 2003.

<sup>16</sup> Informação da Folha Online, de 4 de novembro de 2003.

apresentados pelo solicitante, concluíssem pela ausência de riscos, o parecer voltaria ao CNBS para autorização em última e definitiva instância.

Destaca-se que toda essa movimentação não foi suficiente para garantir um bom resultado na votação, que dependeu dos votos da bancada religiosa. Esta acabou apoiando o projeto tido como do governo com a condição, aceita, de que ficassem proibidas as pesquisas com células-tronco embrionárias.

### **No Senado, um novo projeto**

Estando a bola com o Senado, ruralistas e seus apoiadores logo se animaram para substituir a versão da Câmara pela proposta do ex-líder do governo Aldo Rebelo. Paradoxalmente ou não, a iniciativa do comunista foi, em diversas ocasiões, objeto de elogios por aqueles que representam o que há de conservadorismo na Casa.

As pressões por mudanças no projeto de lei e os anseios do *lobby* da indústria de biotecnologia foram capitaneados pelo senador paranaense Osmar Dias (PDT). O contraponto natural seria feito pela senadora Marina Silva, na ocasião já com uma longa lista de derrotas acumuladas como titular da pasta de meio ambiente. Seu substituto na Casa, embora crítico aos transgênicos, não assumiu esse papel. Outra voz que naturalmente se levantaria em defesa do princípio da precaução e da conservação da biodiversidade seria a do senador João Capiberibe (PSB/AP). Mas o período em que o projeto tramitou na Casa coincidiu com o desenrolar de um processo do PMDB no Tribunal Regional Eleitoral que cassou o mandato do parlamentar e de sua esposa, a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP). O casal obteve liminar na Justiça para seguir com o mandato, mas passou a se dedicar quase que exclusivamente à sua defesa, ficando fora desse combate.

Quando o projeto começou a ser discutido no Senado, a preocupação do governo era a de que ele fosse aprovado ainda no primeiro semestre de 2004 para evitar que a aproximação de outro ciclo agrícola o forçasse a editar nova medida provisória para anistiar os produtores do Sul. Assim, os líderes do governo foram orientados a se mobilizar para aprovar logo o projeto de lei. Pelo regimento, qualquer mudança sofrida pelo texto faria com que ele voltasse à Câmara. Desse modo, se o governo estivesse de fato querendo agilidade, a melhor solução seria orientar sua base a aprovar a versão vinda da Câmara e rejeitar emendas. Essa saída teria apoio de movimentos e entidades da sociedade civil organizada.

Durante algum tempo, o núcleo do governo chegou a sustentar essa posição, declarando que defenderia o seu projeto, isto é, o substitutivo do deputado Calheiros.<sup>17</sup> Pura fachada, pois, ao mesmo tempo, Rebelo admitia que os senadores da base, com os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, estavam discutindo uma ou outra modificação, como afirmara o próprio Rebelo após reunião com parlamentares ruralistas e o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.<sup>18</sup> Esse grupo reivindicava a adoção do substitutivo apresentado por Rebelo como forma de lograr a liberação comercial dos transgênicos sem a realização de avaliações de riscos à saúde e ao meio ambiente, previstas na Constituição Federal.

---

<sup>17</sup> Declarações do ministro Aldo Rebelo à Agência Estado, em 19 de maio de 2004.

<sup>18</sup> Idem.

Mas falar nesses termos não soaria bem. Logo, o movimento pró-transgênicos no Senado manteve o discurso usado na Câmara, de defesa da ciência e do avanço da pesquisa, mas destacando todas as promessas no campo da medicina que podem advir da manipulação de células-tronco embrionárias. Essa foi a desculpa usada para se defender a modificação do projeto, já que a Câmara já havia facilitado bastante o uso experimental de organismos transgênicos, até mesmo flexibilizando sua introdução no meio ambiente.

Figuras conhecidas do *lobby* pró-transgênico começaram a circular pelo Congresso em companhia das lideranças do movimento pela liberação da pesquisa com células-tronco, que, repetidas vezes, levaram deficientes físicos para acompanhar sessões do Senado em que havia chance de o projeto ser votado. Essas cenas tomaram conta do noticiário e, com grande investida do *Jornal Nacional* (da Rede Globo), a aprovação da lei de biossegurança passou a ser objeto quase que de comoção nacional – de fato, a liberação dos transgênicos sequer era citada em muitas das reportagens sobre o projeto de lei de biossegurança.

Nesse período, a campanha produziu documentos e uma série de cartas abertas alertando os senadores para a falsidade e real objetivo desses argumentos. Também se alertou sobre os aspectos inconstitucionais da proposta. O projeto aprovado na Câmara tornou a CTNBio a única e definitiva instância a avaliar e decidir sobre liberações de pesquisas com transgênicos, não havendo, portanto, riscos de uma suposta paralisação da atividade. Esse ponto havia sido objeto de negociação e teve de ser cedido na Câmara para que se chegasse a um acordo para votação.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão do Ministério do Meio Ambiente responsável pelo licenciamento ambiental, foi crucificado no Senado, mas ninguém quis ouvir que a realização dos estudos de impacto ambiental é atribuição do requerente, e não do Ibama. Ou seja, uma empresa que leve, por exemplo, um, dois ou mais anos para realizar os estudos depois de receber as orientações do Ibama, não pode atribuir ao órgão a responsabilidade pelo prazo total do processo. Ruralistas e também membros do governo, como o petista Aloísio Mercadante (SP), líder do governo no Senado, miraram o licenciamento ambiental como sendo um tipo de burocracia que só atrasa os empreendimentos e retarda investimentos e pesquisas.

Osmar Dias chegou a aprovar um projeto substitutivo ao da Câmara na Comissão de Educação, que ele presidia. O senador, além de querer agradar as empresas de biotecnologia, visava também contrariar as posições antitransgênicos de seu rival político Roberto Requião (PMDB), governador do Paraná. Um outro substitutivo, relatado pelo vice-líder do governo, senador Ney Suassuna (PMDB/PB), foi aprovado em audiência conjunta de outras três comissões da Casa,<sup>19</sup> propondo também a liberação rápida e facilitada dos transgênicos.

Em alguns pontos, o projeto de lei de Suassuna piorou o de Osmar Dias. Propunha, por exemplo, a liberação definitiva do plantio da soja transgênica, sem a necessidade de qualquer avaliação de riscos à saúde e ao meio ambiente.

---

<sup>19</sup> Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto de Suassuna só passou nas Comissões do Senado graças ao insistente empenho do senador Mercadante e da líder da bancada petista Ideli Salvati (SC), que cumpria as orientações recebidas. Enquanto corria o debate na sessão, Mercadante costurava o apoio de outros líderes ao relatório do Suassuna até dar o sinal verde para o presidente da sessão abrir a votação. Esse relatório conjunto é que foi a votação no plenário do Senado.

O senador Mercadante disse e repetiu que a participação dos órgãos governamentais da saúde e meio ambiente no processo de autorização para uso comercial de transgênicos era uma moratória branca ou moratória disfarçada aos transgênicos. Ao dizer isso, ele atestava que os transgênicos não resistiriam a avaliações de riscos à saúde e ao meio ambiente, já que essa seria a única justificativa que esses órgãos teriam para não autorizar o uso de qualquer transgênico. A real moratória que existe hoje, no Brasil e no mundo, é a moratória aos estudos científicos independentes de avaliação de riscos dos produtos transgênicos. Como porta-voz do *lobby* pró-transgênicos, e se alinhando aos ruralistas, Mercadante desqualificou esses órgãos e colocou os estudos de impacto ao ambiente e à saúde no rol das burocracias desnecessárias.

Na Câmara, após um período fazendo corpo mole, o governo acabara defendendo seu projeto. No Senado, após a fase de corpo mole, o governo terminou por apoiar – e aprovar – um projeto de lei substitutivo em frontal contradição com sua posição inicial.

### **A estratégia da contaminação – cena 2**

Em abril de 2004, a imprensa noticiou as suspeitas de cultivo de algodão transgênico na região Centro-Oeste. A suspeita foi levantada pelo próprio diretor de assuntos corporativos da Monsanto Brasil. Em agosto do mesmo ano, o Ministério da Agricultura (Mapa) confirmou a presença clandestina dessas sementes em lavouras do Mato Grosso. Apesar disso, não tomou nenhuma medida para coibir a dispersão dessas sementes, nem mesmo para identificar de onde vinha a contaminação e saber de seus responsáveis. O Mapa esclareceu na ocasião que plantar algodão transgênico era crime previsto em lei e que seus responsáveis seriam autuados. Mas, segundo o próprio ministério, a destruição ou não das lavouras dependeria das justificativas que os produtores apresentassem, ou seja, se fossem bons de papo, as coisas poderiam ser relativizadas.

Mas nem foi preciso chegar a tanto, já que, meses depois, a CTNBio liquidou a fatura permitindo a venda de sementes de algodão convencional com até 1% de contaminação por transgênicos para a safra 2004–2005.

Essa decisão da CTNBio foi tão comercial quanto o pedido a ela feito para legalização da contaminação e nada tem a ver com biossegurança. O requerente não apresentou dados sobre a oferta de sementes de algodão, sobre sua demanda, nem sobre a extensão e a localização da contaminação alegada. Tampouco foram apresentadas informações sobre a segurança do produto. A decisão foi ao mesmo tempo ilegal, já que corria na Justiça uma ação tratando das atribuições da CTNBio. Além disso, já se sabia que a Embrapa tinha sementes certificadas de algodão suficientes para cobrir 30% da área plantada com algodão, que dispensariam a necessidade das sementes contaminadas.

O Ministério do Meio Ambiente, voto vencido, solicitou que a requerente apresentasse estudos adicionais e, posteriormente, apresentou recurso à CTNBio

contestando sua decisão, tanto do ponto de vista de procedimento interno e respeito ao regimento da Comissão como do ponto de vista de seu mérito científico.

Em julho de 2005, o Ministério Público Federal ameaçou entrar com uma ação civil pública contra a CTNBio, por considerar ilegal a decisão de aprovar a comercialização de sementes de algodão contaminadas por transgênicos. A procuradora da república Ana Paula Mantovani argumentou que a decisão da Comissão não foi embasada em uma avaliação técnica criteriosa e que envolvesse possíveis impactos sobre segurança alimentar, saúde humana e riscos ambientais. Mantovani também alegou que a decisão foi tomada sem a aprovação de dois terços dos 18 membros da CTNBio, como determina a lei.

### **Mais uma MP para a soja**

Ao assinar a segunda MP em setembro de 2003, Lula prometera não mais tratar do assunto por meio de medidas provisórias. Apesar disso, um ano depois ele não só editou outra MP tornando definitivo o provisório, mas também ameaçou reproduzir nela o texto do projeto de lei aprovado no Senado e dar um basta nessa discussão.

Usando as palavras do jornalista Janio de Freitas, “o plantio [de transgênicos] aqui é feito com base em duas leis, tipicamente brasileiras e opostas à da proibição: a lei da impunidade e a lei do fato consumado”. Em vez de coibir o crime e punir aqueles que estavam fora da lei, o governo interveio mais uma vez no sentido de mudar a lei para regularizar a situação.

A MP 223, liberando o plantio da soja transgênica na safra 2004–2005, foi a terceira medida concreta do presidente Lula para inviabilizar a produção de soja não-transgênica no país. A medida não apresentou nenhum tipo de diretriz ou regulamentação para garantir ou retomar a produção de soja não-transgênica, nem mesmo o direito dos agricultores que a preferem. Não contente, a cúpula do governo petista continuou insistindo em não reconhecer o Paraná como território livre de transgênicos.

### **O turno final de votação na Câmara**

Como o Senado aprovou um projeto distinto daquele que recebeu da Câmara, suas alterações tiveram que voltar à Casa para nova apreciação. No afã de aprovar a versão do Senado, lideranças ruralistas em articulação com líderes do governo destituíram o deputado Renildo Calheiros da relatoria do projeto, cedendo o posto ao ruralista e ardoroso defensor dos transgênicos Darcísio Perondi (PMDB/RS). A prática de destituir relatores é bem rara, mas, como o deputado era erroneamente visto como aliado da ministra Marina, avaliou-se que valeria a pena enfrentar um possível desgaste resultante da manobra.

Em demonstração clara da interferência do governo, ao assumir a relatoria, Perondi disparou: “Esperamos que o acordo realizado pelo líder do governo no Senado Federal, senador Aloizio Mercadante, e que contou com o apoio do Palácio do Planalto, possa agora ser cumprido e que possamos aprovar o texto aprovado naquela casa”.<sup>20</sup> Durante a tumultuada sessão, o vice-líder do governo na

---

<sup>20</sup> Voto do relator lido em 10 de novembro de 2004 na comissão especial destinada a preferir parecer ao Projeto de Lei 2.401-B, de 2003.

Câmara, Beto Albuquerque (PSB-RS), afirmou que o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, havia orientado que ele defendesse a aprovação do relatório de Perondi, por ser o mesmo texto do Senado. “Falei com o ministro Aldo. A Coordenação Política vota favorável ao texto do Senado e o que está sendo relatado pelo deputado Darcísio Perondi me parece ser igual ao que foi aprovado pelos senadores”.<sup>21</sup> O deputado ainda elogiou a aprovação do projeto e lembrou que o Planalto defendia o texto do Senado.

Nesse turno final de votação, o governo abandonou qualquer cerimônia em relação aos temas ambientais e “tratorou” a ministra Marina Silva e demais interessados na questão, como os ministros da Saúde e do Desenvolvimento Agrário. O então líder do governo na Câmara, professor Luizinho (PT/SP), disse que o governo queria ver aprovado o projeto de lei do Senado, já que isso não representava apenas a aprovação de mais uma lei, mas sim “uma questão de Estado”. Sabe-se lá o que ele queria dizer com isso.

A reunião da bancada do PT que precedeu a votação apontou um racha no partido, com 21 deputados para cada lado. Mas a orientação de voto para o partido feita pelo deputado Paulo Rocha (PA), líder do PT na Câmara, foi também em defesa do projeto de lei do Senado, com a ressalva de que os parlamentares do partido estavam liberados para votar como quisessem.

Mas, embora possa não parecer, as disputas em torno desse tema não terminaram com a votação de 2 de fevereiro de 2005, que aprovou no plenário da Câmara o texto originado no Senado. Segundo o governo, o objetivo, ao se criar uma nova legislação sobre biossegurança (o Brasil já tinha uma, criada em 1995), era encerrar as disputas judiciais sobre a questão. No entanto, a lei aprovada, fruto de um governo transgenicamente modificado, apresenta tantos aspectos inconstitucionais (como a retirada de competências legais de ministérios e o desrespeito ao pacto federativo), que o resultado certamente será o inverso. Novas disputas judiciais já estão em curso, complicando ainda mais um cenário já bastante tumultuado.

### **Repúdio**

No período entre a aprovação da lei no Congresso e a sanção do presidente, várias organizações se mobilizaram para cobrar de Lula que ele vetasse os artigos da lei que davam poderem totais à CTNBio. Lula acabou por vetar alguns artigos, mas não os que foram pedidos pelas entidades e movimentos. Após a sanção da lei, a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, a AS-PTA, o Centro Ecológico Ipê, a Fase, o Fórum Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul, o Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, o Greenpeace, o Inesc, o MAB, o MST e a Terra de Direitos divulgaram uma carta criticando a medida do governo, com o seguinte conteúdo:

---

<sup>21</sup> Informação do jornal O Estado de S. Paulo, de 11 de novembro de 2004.

*Organizações e movimentos da sociedade civil ligados às áreas ambiental, de consumidores e de agricultura familiar repudiaram fortemente o presidente Lula por haver sancionado a nova Lei de Biossegurança, que permite que transgênicos sejam introduzidos no meio ambiente e na alimentação humana e animal sem os necessários estudos de impacto ambiental e na saúde por parte do Ministério do Meio Ambiente e da Saúde.*

*Em vez da cuidadosa análise dos órgãos responsáveis, a nova lei de biossegurança concretizou os planos das multinacionais de biotecnologia permitindo que um número reduzido de cientistas da CTNBio decida questões de grande complexidade científica em processo sumário.*

*Para as entidades, o presidente Lula prestou um desserviço inédito na história do país, ao isentar a tecnologia dos transgênicos de licenciamento ambiental com estudo de impacto ambiental. Esta decisão é um precedente para que outras atividades e obras potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental reivindicuem com sucesso para si o mesmo privilégio, desconstruindo a política ambiental elaborada ao longo das duas últimas décadas pelos governos anteriores, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e pela sociedade civil.*

Visto em retrospectiva, é evidente que o PT e o governo Lula trabalharam ativamente para retirar do Ministério do Meio Ambiente e da Saúde as suas competências constitucionais, facilitando a liberação irresponsável de transgênicos no território nacional. A inclusão de um artigo referente à manipulação de células-tronco embrionárias para pesquisa serviu de cortina de fumaça para o lobby pró-transgênicos, desviando as atenções do público para tema que nada tinha a ver com a questão dos transgênicos e com as sérias implicações da lei.

*É com pesar que as entidades reconhecem que o Governo Lula não está à altura das suas responsabilidades constitucionais, ao não ser capaz de zelar pelos interesses do país.*

### **Liberar enquanto ainda há tempo**

A nova Lei de Biossegurança trouxe mudanças para a CTNBio e previu sua reformulação. Antes de ter a Comissão desfeita, seus integrantes correram para liberar o que desse, enquanto ainda lhes restava algum tempo útil (período entre a aprovação da lei e a sanção presidencial). O algodão transgênico da Monsanto foi o primeiro deles. A CTNBio inverteu sua pauta de prioridades, colocou o algodão no topo da lista e consagrou sua liberação, independente dos protestos do representante do Ministério do Meio Ambiente, que novamente levantou uma

série de problemas em relação à forma de decisão e à precariedade científica dos documentos usados para subsidiá-la.

A liberação desse mesmo algodão na Indonésia acabou por desvendar métodos escusos usados pela empresa. Em janeiro de 2005, a Monsanto foi condenada a pagar multa de US\$ 1,5 milhão por ter subornado funcionários do governo indonésio para que essa mesma variedade de algodão que a CTNBio liberou no Brasil (a Bollgard) fosse autorizada para uso comercial na Indonésia sem a realização de estudos de impacto ambiental.

A nova Lei de Biossegurança agilizou essa situação e foi direto ao ponto. A CTNBio, a critério próprio, pode contrariar a Constituição e dispensar a realização de estudos prévios de impacto ambiental. Detalhe: antes mesmo da entrada em vigor da nova lei, a CTNBio já o fez.

Antes de ser destituída, a Comissão ainda teve tempo de também aprovar a importação de milho transgênico da Argentina, alegando uma inexistente quebra de safra na produção nacional em contradição com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Mapa). Nessa decisão, o presidente da CTNBio liberou também a importação de variedades que não constavam do pedido feito pela Associação dos Avicultores de Pernambuco à Comissão. Não satisfeito, ele ainda proclamou, sem votação, que futuros pedidos de mesmo teor estariam automaticamente liberados.

### **O olho do furacão**

Os poderes e as atribuições da CTNBio são objeto de conflito desde sua criação, em 1996. Seus integrantes deveriam ser especialistas em biossegurança, ou seja, em avaliação de risco dos organismos transgênicos. Mas, na prática, isso nunca se verificou. Sempre houve membros da Comissão que desenvolviam transgênicos e eram, portanto, diretamente interessados na liberação desses produtos. Ao contrário do que ocorria, representantes de indústrias jamais poderiam ter assento na Comissão, já que seus votos serão sempre balizados por interesses comerciais. Ademais, representantes de determinados ministérios, como o de Relações Exteriores e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dificilmente serão especialistas em biossegurança, tendendo a votar a partir de orientações políticas. Todos esses fatores foram tirando o caráter técnico da Comissão, prejudicado novamente pelo fato de suas decisões terem sempre sido tomadas por maioria simples, evidenciando, com frequência, falta de consenso entre cientistas para um tema de natureza interdisciplinar.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança teve seu jogo armado para ser uma esteira rápida de liberação comercial de transgênicos, sempre em conformidade com os interesses dos proponentes da biotecnologia, passando longe da biossegurança.

A Comissão não é um órgão governamental e seus membros se reuniam uma vez por mês em Brasília para deliberar sobre uma pilha de pedidos de pesquisa, certificados de qualidade em biossegurança e uso comercial de transgênicos. Dos oito pesquisadores titulares que compuseram a última Comissão, quatro eram especialistas em biotecnologia, pesquisadores que desenvolvem organismos transgênicos, o que está bastante longe da especialidade em biossegurança. Desses quatro pesquisadores, dois eram conselheiros do Conselho de Informações sobre

Biotecnologia (CIB), pseudo-ONG de promoção da biotecnologia financiada pela Monsanto, da Bayer e de outras empresas de agrotóxicos e transgênicos.

Os outros quatro especialistas não eram ligados à biotecnologia nem muito menos à biossegurança. Têm suas carreiras dedicadas a outras áreas que não a avaliação de riscos do uso de transgênicos. A CTNBio também oferecia assento a um representante das indústrias (o último foi uma pessoa da Syngenta, outra financiadora do CIB). O conflito explícito de interesses ainda era ampliado pela secretaria executiva da Comissão, que tinha como assessor técnico o Gutemberg Delfino, que também participa da pseudo-ONG da Monsanto (os outros membros eram representantes dos ministérios) e da Associação Nacional de Biossegurança (Anbio), outra entidade de propaganda dos transgênicos também financiada pela Monsanto e outras. O dramático era ver que pessoas decidiam sobre tema de tamanha complexidade e ninguém queria ver isso.

Essa rede de instrumentos políticos e burocráticos tem, em seus nós, a indicação de membros para a Comissão, sua composição interna, seus processos de tomada de decisão e sua falta de transparência. E como as decisões sempre foram tomadas por maioria simples, os poucos entendidos em biossegurança tendiam a ser sempre votos vencidos. Esse foi um dos principais motivos que levou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde, a deixar a Comissão.

A partir da aprovação da Lei 11.105, a competência exclusiva em matéria de biossegurança passou a ser da CTNBio, pequeno órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, formado por 54 membros (27 titulares e 27 suplentes). Essa comissão ditará as regras e autorizará liberações de caráter experimental e comercial de organismos geneticamente modificados no Brasil.

Uma questão essencial para guiar o seu trabalho é a elaboração da política nacional de biossegurança, que deve ser construída com o debate público envolvendo todos os segmentos interessados. A Comissão, até hoje, não criou diretrizes, princípios e objetivos que dessem corpo a uma política de biossegurança. Ao contrário, sua política foi, até o momento, a de promover produtos da biotecnologia, e não a biossegurança.

Para que a nova lei mude a forma de atuar da Comissão, será fundamental aumentar sua transparência e criar mecanismos de participação direta e efetiva de entidades e de pesquisadores interessados. Para que a CTNBio mude, também será fundamental acabar com os casos de conflitos de interesses entre seus membros.

**COBRANÇA DE ROYALTIES** – Na safra colhida em 2004, agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina começaram a pagar uma taxa tecnológica de R\$ 0,60 por saca, na entrega de sua soja aos cerealistas ou às cooperativas. Quase todos esses estabelecimentos nos dois estados fizeram acordos com a Monsanto, que detém as patentes da soja transgênica *Roundup Ready* (RR), e ficaram com parte da taxa recolhida. Além de problemas com contaminação, que pode se dar em diferentes fases da produção, principalmente no uso compartilhado de máquinas e caminhões, os produtores ainda enfrentaram problemas de cobrança indevida de *royalties*.

Foi o que aconteceu a um casal de agricultores de um assentamento da região central do Rio Grande do Sul que continuou plantando soja convencional, enquanto boa parte de seus vizinhos aderiu à soja da Monsanto. Determinado a ter suas lavouras livres de transgênicos,

o casal fez questão de comprar sementes certificadas para garantir que elas não seriam transgênicas, nem estariam contaminadas. Mas, ao fazer o pedido na cooperativa onde costumava comprar seus insumos, o casal ouviu do vendedor que ali só se vendiam sementes transgênicas (prática ilegal à época). O casal buscou, então, uma cooperativa de outro município, onde conseguiu comprar as sementes não-transgênicas certificadas.

Mas os cuidados dos agricultores não acabaram por aí. Eles também foram os primeiros do assentamento a fazer a colheita. Como a máquina é de uso coletivo, colhendo a soja antes dos outros, ela viria sem contaminação de outras lavouras.

Ao entregar sua produção na cooperativa, os agricultores foram questionados sobre a natureza da soja. Disseram que a produção era não-transgênica. Foi feita, então, uma análise rápida, cujo resultado fica pronto na hora. Para espanto do casal, o resultado foi positivo. Mesmo após todo cuidado que tiveram, a soja que eles estavam entregando, segundo o teste, era transgênica. Além da decepção vivida, o casal ainda teve que pagar o custo do teste de transgenia e uma taxa de R\$ 1,50/saca (em vez de R\$ 0,60), por ter usado ilegalmente a tecnologia da Monsanto.

Para garantir que a taxa de uso da semente RR seria realmente cobrada, a Monsanto contratou uma das maiores empresas de auditoria do mundo (a Price Waterhouse) e espalhou auditores nos pontos de recebimento de soja no Rio Grande do Sul.

A história do casal militante antitransgênicos se espalhou na região. A partir daí, todos passaram a declarar sua produção como transgênica, mesmo aqueles que sabiam que tinham lavouras convencionais. O receio de todos era ter de pagar R\$ 1,50 por saca em vez de R\$ 0,60.

Inconformado com a situação, o casal voltou à cooperativa acompanhado de um agrônomo amigo da família e pediu uma nova análise da soja que havia entregue. Foi aí que a situação foi esclarecida. Os resultados das análises estavam sendo interpretados de forma incorreta, levando o técnico da cooperativa a classificar a soja convencional como transgênica. Os *kits* de análise de transgenia, bem como as instruções de uso, foram fornecidos pela Monsanto. É provável que os responsáveis pelo recebimento de soja nas cooperativas e os cerealistas tenham sido mal informados, levando a esse tipo de erro. Enquanto os testes prosseguem sendo feitos de forma equivocada, a Monsanto vai recolhendo taxas dos agricultores de forma indevida. Com isso, as estimativas de produção de soja transgênica também foram bem maiores que a realidade, reforçando a política do “fato consumado”.

**COEXISTÊNCIA** – A contaminação de lavouras de soja orgânica por grãos transgênicos levou o empresário Paulo Moraes, proprietário da empresa Eco Brazil Organics Ltda., a paralisar suas atividades e ter um prejuízo de US\$ 3 milhões, em 2004. Além disso, 17 funcionários foram demitidos, e o nome da sua empresa no exterior foi comprometido. “Nunca mais vou trabalhar com soja orgânica porque o Brasil corre o risco de estar 100% contaminado pela transgenia em quatro ou cinco anos, se nada for feito pelo governo federal”, lamentou o empresário.

Atendendo a solicitações de seus clientes, o empresário começou a trabalhar com farelo de soja orgânica em 2001. Para isso, investiu pesado em incentivos para agricultores do Rio Grande do Sul, sobretudo das cidades de Passo Fundo e Treze de Maio. “Buscávamos a soja orgânica do Rio Grande do Sul e levávamos para uma empresa em Santa Catarina, que processava a soja e nos entregava o farelo”, contou.

“Em 2001, exportamos 3,5 mil toneladas de farelo orgânico, e os números só aumentaram ano após ano. A nossa previsão para 2004 era de vender 10 mil toneladas de farelo”, relatou. No entanto, casos de contaminação começaram a surgir em 2002. No

ano seguinte, o grau de contaminação da soja aumentou e, em 2004, a empresa encerrou as atividades porque toda a soja comprada do Rio Grande do Sul estava contaminada. Moraes conta que os produtores tomaram todas as precauções possíveis, mas fazendas vizinhas plantaram soja transgênica, o que acabou contaminando as propriedades próximas. Vários lotes de soja foram rejeitados pelos clientes em virtude do alto grau de contaminação.

“Tive que rescindir contratos internacionais porque não consegui mais comprar soja orgânica. Os produtores que ainda conseguem cultivar o grão orgânico já estão comprometidos com outras empresas e acabei ficando sem fornecedor”, contou o empresário. Os últimos contratos que Moraes não conseguiu honrar eram com empresas da França e dos Estados Unidos, que pagariam US\$ 600 por tonelada de farelo de soja orgânica, contra US\$ 220 pagos pela tonelada da soja convencional.

“Descobri que não há interesse em combater o contrabando de sementes de soja transgênica, muito menos a plantação dos grãos”, afirmou.

**Fonte:** Agência Estadual de Notícias do Paraná e comunicação pessoal, em dezembro de 2004.

### **A ciência reducionista da transgenia**

Boa parte da genética e de suas aplicações práticas, entre elas a transgenia, está baseada naquilo que o meio científico conhece por Dogma Central da Biologia.<sup>22</sup> Nele, o DNA, tido como a seqüência genética, é copiado para moléculas de RNA, e estas são traduzidas em proteínas. Ou seja, o RNA seria um fiel transcritor e tradutor do *texto genético* original.

Acontece que cientistas estão descobrindo um vasto campo de evidências que negam o Dogma Central, constatando que o RNA tem um papel ativo, não só de decidir quais seqüências de DNA devem ser copiadas, mas também de selecionar quais devem ser destruídas e quais devem ser rearranjadas.

Desde meados da década de 1970, pesquisadores vêm notando que há uma enormidade de interações entre os genes e o ambiente na vida dos organismos. Essas relações, além de mudarem as funções dos genes, também conferem nova estrutura a genes e genomas.

Todos os genes estão presentes em todas as células de um organismo. Mas, na natureza, eles não funcionam o tempo todo nem mesmo em todas as células. Os genes são controlados de forma que eles só se expressam quando necessário (por exemplo, os genes responsáveis pela abertura de flores só se manifestarão na primavera). Esse controle é tido como resultado tanto do material genético do organismo como de sua interação com o ambiente. Nos transgênicos, os genes sintéticos artificialmente inseridos se expressam o tempo todo e em todas as células, até mesmo naquelas presentes em partes dos organismos que são destinadas ao consumo.

Os recentes resultados da tentativa de seqüenciamento do genoma humano reduziram em cerca de 20% sua estimativa anterior sobre o número de genes da espécie humana, mostrando que seus mecanismos genéticos são substancialmente

---

<sup>22</sup> Adaptado do texto “Death of the Central Dogma”, publicado no site do Institute of Science in Society (Isis). Disponível em: <<http://www.i-sis.org.uk/DCD.php>>. Acesso em: 27 nov. 2005.

ainda mais complexos. No caso dos transgênicos, isso evidencia quão difícil pode ser a tarefa de se determinar uma única função de um único gene sem que isso acarrete efeitos indesejados ou inesperados.

Estudos já mostraram, por exemplo, que tanto a dieta como o ritmo de vida de uma mãe podem afetar os padrões de expressão dos genes no embrião e no feto. Por sua vez, esses padrões determinarão a saúde do organismo no futuro. Existem genes em filhotes de ratos que são resultado direto da forma como suas mães os trataram na primeira semana de vida. Isso mostra que o ambiente envia instruções à expressão dos genes.

Tais evidências também questionam a teoria clássica da seleção natural, segundo a qual, por meio de mutações genéticas aleatórias, os mais adaptados, ou seja, os que têm bons genes, sobrevivem e deixam um maior número de descendentes. As relações entre ambiente e genoma têm se mostrado muito mais dinâmicas e recíprocas.

Já se sabe que muitas seqüências de genes que não codificam proteínas, tidas como DNA lixo, participam da regulação do desenvolvimento e da expressão de genes. Essas revelações recentes estão associadas a descobertas que indicam que o RNA, e não só as proteínas, tem papel decisivo na transcrição da informação genética.

Tudo isso contradiz o Dogma Central, que postula um controle linear e mecanicista da informação genética. E foi a partir dele que se cunharam as expressões que nos acostumamos a ouvir com o avanço da biotecnologia, que conotam grande precisão, como *engenharía genética*, *recortar e colar*, ou *ligar e desligar genes*. Esses termos não só revelam sob qual paradigma científico eles se originaram, mas também tentam transmitir à sociedade a noção de que a ciência tem forte domínio da técnica e dos segredos da vida. Estamos, na verdade, longe disso.

### **Riscos associados**

Estamos assistindo a uma aposta em uma tecnologia que envolve grandes incertezas e riscos em sua maioria ainda desconhecidos e imprevisíveis, tanto que empresas como a Monsanto não encontram seguradoras dispostas a assumir os riscos de suas atividades.

Além dos tão falados riscos à saúde e ao meio ambiente, há também aspectos socioeconômicos e de autonomia que devem ser levados em consideração. Atualmente, apenas cinco empresas controlam dois terços do mercado de sementes no mundo.<sup>23</sup> Esse controle, quase monopólico dos recursos genéticos destinados à produção de alimentos e fibras, é reforçado sobremaneira com o reconhecimento de patentes sobre sementes. Isso ocorre, no plano nacional, por meio das leis de propriedade industrial; no plano internacional, na Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do acordo conhecido como Trips (do nome em inglês *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Um país não pode ser membro da OMC sem reconhecer os termos do Trips.

Disso resulta que agricultores que cultivam sementes transgênicas não podem separar sementes para sua próxima lavoura, sob pena de serem acusados de violação de patentes. Só nos Estados Unidos, a Monsanto já processou mais de cem

---

<sup>23</sup>MOONEY, P. R. El Siglo ETC: erosión, transformación tecnológica y concentración corporativa en el siglo 21. Montevideo: Grupo ETC, 2002.

agricultores por suposto uso indevido de sua tecnologia. Para defender os direitos que as patentes lhe conferem, a multinacional mantém um time de 75 pessoas com um orçamento de US\$ 10 milhões destinado a investigar e perseguir agricultores que não seguirem à risca os termos do acordo que assinaram com a empresa para usar suas sementes.<sup>24</sup>

O caso mais conhecido de disputa judicial entre a Monsanto e um agricultor foi o do canadense Percy Schmeiser.<sup>25</sup> Mesmo sem nunca ter usados as sementes transgênicas da Monsanto, seus campos de canola foram contaminados por plantações vizinhas. Isso foi suficiente para ele e sua família serem processados por violação de patentes. Após vários anos de contencioso na Justiça e de recursos em todas as instâncias, a Corte suprema do Canadá reconheceu que, independentemente de os “genes da Monsanto” aparecerem na propriedade da família contra a vontade dela, prevaleceriam no caso os direitos da empresa. Percy perdeu a causa, que pela repercussão ganha, serviu de recado a outros países mostrando que a força da propriedade intelectual falará mais alto.

Há também questões mercadológicas a serem consideradas. Ao expandir a produção de soja transgênica, o Brasil, como segundo maior produtor e exportador mundial do grão, abrirá mão de sua posição de único país capaz de abastecer o mercado internacional com o produto não-modificado e de desfrutar economicamente dessa posição. Essa possível escassez vem preocupando consumidores, sobretudo na Europa. Em agosto de 2005, o Consórcio Varejista Britânico encaminhou uma carta ao presidente Lula manifestando sua preocupação com o fato de as lavouras transgênicas estarem se espalhando pelo país. Na carta, também são apresentados dados da rejeição da população inglesa aos alimentos transgênicos, revelando que 79% não comprariam produtos transgênicos, e, mesmo que a segurança desses produtos fosse comprava, 61% não os consumiria.

A União Européia vem adotando novas diretrizes para a rotulagem de alimentos transgênicos e também para rastrear os produtos desde sua origem. Entrando em vigor, passarão a ser rotulados também os alimentos derivados de animais alimentados com transgênicos. Como a soja brasileira é exportada principalmente para ração, ainda não se sabe ao certo o impacto que essas normativas trarão. Mas nem por isso esse aspecto deixa de ser relevante.

### **A ação política da Casa Civil**

As grandes negociações que demandavam decisão da cúpula do governo sempre passaram pela Casa Civil. No caso dos transgênicos, não foi diferente. O apoio político traduzido em votos no Congresso era lá negociado – imaginava-se que só na base da distribuição de cargos e liberação de emendas. A prática fisiológica, por si só inteiramente condenável para um partido comprometido com a transformação, ficou pequena após as denúncias de arrecadação e desvio de dinheiro para compra de deputados, que liquidou com o chamado “núcleo duro” do governo.

<sup>24</sup> THE CENTER FOR FOOD SAFETY. Monsanto vs. US farmers, 2005. Disponível em: <<http://www.centerforfoodsafety.org/Monsantovsusfarmersreport.cfm>>. Acesso em: 27 nov. 2005.

<sup>25</sup> Sobre o caso, ver o site <<http://www.percyschmeiser.com/>>.

O fato de deputados petistas que tiveram papel de destaque na aprovação da lei de biossegurança, como Josias Gomes (BA), Paulo Pimenta (RS) e Paulo Rocha (PA) estarem envolvidos nas ilegalidades que fizeram ruir o governo, ajuda a reforçar a hipótese de que os transgênicos foram negociados e que o governo, de fato, não via maior importância no tema. Todos esses parlamentares são altamente fiéis ao ex-ministro José Dirceu.

Uma retrospectiva dos principais momentos em que o governo teve que se posicionar sobre os transgênicos também revela outra faceta da negociação. A vertente oposicionista do PMDB era objeto de cobiça do ex-chefe da Casa Civil, principalmente pelo desejo de unir os dois maiores partidos do Congresso em uma coligação PT-PMDB para concorrer à presidência em 2006. Germano Rigotto, governador peemedebista do Rio Grande do Sul, fazia a interlocução do governo com a ala oposicionista do PMDB e também foi bastante ativo em defender os interesses dos ruralistas gaúchos. Nos momentos de decisão, como visto, o Planalto acionou Rigotto.

De qualquer forma, mesmo antes das revelações sobre o “mensalão”, a política de alianças foi se revelando um verdadeiro fracasso, pois, a cada votação de matérias polêmicas ou que o governo julgava importante, novas concessões tinham que ser feitas, fosse fornecendo cargos, liberando emendas ou barganhando apoio em outras matérias. Além disso, sabe-se, hoje, que esse apoio resultava de um engendrado esquema de corrupção que, entre outros destinos, comprava votos e “fidelidade” de congressistas e estimulava a migração entre partidos.

Em julho de 2005, o PSDB, na tentativa de comprovar o pagamento a deputados em troca de votos, divulgou um gráfico que apresenta o cruzamento das datas de saques em dinheiro dos bancos usados no esquema com votações no Congresso de matérias que o governo considerava de seu interesse ou prioritárias. A lei de biossegurança está entre os projetos citados pelos tucanos cujos períodos de votação coincidiram com os saques escusos.

O descaso que o núcleo dirigente do governo demonstrou com as questões ditas ambientais mostrou também que a crítica ambiental acolhida pelo partido, ao menos para eles, não gozava de reconhecimento estratégico a ponto de ser enfrentada a partir da implementação de políticas públicas alternativas. Para usar um termo recorrente, não passou de bravata, e o desenvolvimento sustentável como proposta transversal de governo pereceu entre as intenções da ministra Marina Silva.

Se um dia desvendada, a origem do dinheiro que guiava votações ajudará muito a esclarecer as opções políticas e táticas do governo e também a dar nome e cara aos atores que se beneficiam das leis aprovadas.

### **A omissão estratégica do Estado**

No plano federal o governo foi omissivo, não fiscalizando nem controlando os plantios ilegais de soja transgênica, não impedindo a continuada entrada de sementes da Argentina e não rotulando alimentos. Essa ausência do Estado começou, deve-se dizer, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Do ponto de vista dos que visam à introdução rápida e desregulamentada dos transgênicos, tal omissão oficial ajuda a consolidar a impressão de que a contaminação é uma estratégia bastante eficaz. Inicialmente, as indústrias da biotecnologia acham uma brecha para contaminar as sementes do principal produto agrícola do

país. Feito isso, elas permitem, num primeiro momento, que o mercado ilegal de sementes se expanda e, num segundo momento, pressionam, junto com produtores, para que os governos reconheçam e legitimem o fato consumado. Além do caso brasileiro, isso ocorreu em vários outros países, como na Índia, na Romênia, no Paraguai, na Argentina, na África do Sul e em países da África Ocidental.

Os ruralistas e as indústrias não estiveram sozinhos na empreitada de desregular o uso de transgênicos. Eles contaram com toda a dedicação do líder do governo no Senado, o senador Aloísio Mercadante. Seus discursos repetiam todas as promessas das empresas de biotecnologia, que, até agora, não foram comprovadas. Dizia o senador que os transgênicos conservam mais o solo, reduzem o consumo de agrotóxicos e até evitam o desmatamento, já que são mais produtivos. Elencados os potenciais dos transgênicos, o senador concluía em seus discursos que “os ambientalistas deveriam ser os primeiros a defender o uso da biotecnologia na agricultura”.

Ao baixar três MPs para a soja transgênica, o governo firmou um estado de anomia, no qual a estratégia da contaminação e da introdução ilegal de sementes transgênicas passou a ser uma opção para as indústrias de biotecnologia, que até agora não fizeram valer suas promessas.

### **Futuros conflitos**

Com a liberação para plantio comercial da soja e do algodão transgênicos e das demais culturas que podem vir, a Justiça passará a ser um ator cada vez mais requisitado. Isso por três principais motivos: pela não-aplicação da lei de rotulagem para alimentos que contenham transgênicos ou sejam derivados deles; por processos movidos por agricultores que cultivam orgânicos ou convencionais e tenham suas lavouras contaminadas por vizinhos que plantam transgênicos; e pela Monsanto ou por outras empresas alegando uso indevido de sua tecnologia e violação de patentes.

Para quem dizia que queria, com a aprovação de uma nova lei, acabar com as disputas judiciais acerca do tema, pode-se dizer que o tiro passou bem longe do alvo.

### **Qual política e qual biossegurança?**

Mesmo com a aprovação da Lei de Biossegurança, pode-se dizer que não há no país uma política de biossegurança destinada a controlar e minimizar os riscos associados à tecnologia, garantir a integridade das demais formas de produção e o direito de escolha de produtores, consumidores e empresas.

Uma grave falha de nossa legislação sobre transgênicos é a ausência de um sistema jurídico de responsabilidade e de gerenciamento de risco. Não foram até hoje criados mecanismos para proteger ou indenizar agricultores que tiverem suas lavouras contaminadas por transgênicos ou prejudicadas por herbicidas usados por vizinhos que adotaram sementes transgênicas. Também não está prevista responsabilização por danos ambientais ou à saúde advindos do uso de transgênicos. Prejuízos derivados da ausência de uma política de biossegurança recairão sobre a sociedade.

Também é necessário estabelecer quem se responsabiliza no caso de danos ao ambiente e à saúde humana e quais os mecanismos de proteção que os produtores ecológicos e os não-transgênicos terão para que suas lavouras não sejam contaminadas. A questão da responsabilização tem tamanha importância que, na Europa,

onde a empresa que desenvolveu o produto deve assumir seu risco, a Bayer teve, em 2004, uma de suas variedades de milho transgênico aprovada para comercialização, mas preferiu não a lançar no mercado até que as normas de responsabilização estivessem clarificadas.

### **A opção pelo agronegócio**

Lula sempre obteve maciça votação entre agricultores familiares e suas organizações e entre trabalhadores rurais sem terra, que viam nele a opção pelo favorecimento do acesso a recursos produtivos, como terra e água, e pela promoção do desenvolvimento em bases mais incluídas e descentralizadas. Esperava-se de um governo lulista, além da realização de um amplo processo de reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, a revitalização dos serviços públicos de extensão rural a partir de um enfoque agroecológico, a criação de linhas de crédito alternativo para a produção agroecológica e de outros mecanismos, como pesquisa e comercialização, que pudessem viabilizar um amplo processo de conversão da agricultura de base familiar à agroecologia. Alguns desses aspectos avançaram nesses quase três anos, mas não de forma a configurar uma política de desenvolvimento rural baseada na agricultura sustentável, na diversificação produtiva, no fortalecimento de mercados locais e na circulação interna de riquezas.

Não são raras as avaliações que dizem que o PT chegou ao governo sem um projeto para o país, mas com um projeto de poder que incluía a reeleição de Lula. Para isso, o governo centrou suas forças na busca por alianças que supostamente lhes dariam maior capacidade de governar, ou maior governabilidade, no jargão atual. Assim, incorporou a lógica pragmática e aproximou-se do que há de mais retrógrado na política, dos setores mais fisiológicos, daqueles que, independente da orientação político-ideológica do governo, não mudam, permanecem fiéis ao governo. Não ousou inovar na forma de fazer política e deu as mãos ao fisiologismo.

A nomeação do ministro da Agricultura foi, no campo que estamos discutindo, a mais emblemática demonstração de que o governo não estava disposto a promover transformações. Roberto Rodrigues foi escolhido por ser o nome de maior destaque e influência no empresariado rural. Dirigente de organizações e associações representativas do agronegócio, Rodrigues representava para Lula uma possibilidade de interlocução com os ruralistas do Congresso para obter deles apoio para a manutenção do poder. Desse ponto de vista, interessou especialmente ao núcleo petista do Planalto o fato de a ligação desses parlamentares com o líder do agronegócio se manter acima de divergências entre governo e oposição, já que a bancada ruralista tem parlamentares dos dois lados, mas vota de acordo com as orientações do ministro e deve grande fidelidade a ele.

Se faltava ao governo a visão de um ponto onde se almejava chegar, o mesmo não ocorria com o titular do Ministério da Agricultura. Seu projeto de promoção e fortalecimento do agronegócio monocultor, exportador e altamente consumidor de recursos naturais representava uma rota de colisão explícita com políticas no campo do desenvolvimento agrário, do meio ambiente, da saúde, da segurança alimentar, da inclusão social e dos direitos humanos.

A exportação de *commodities* agrícolas foi o elemento que pesou para concretizar a política econômica voltada para a geração de superávit primário para o pagamento de juros de dívidas. Isso permitiu a aliança da Agricultura com os

demais ministérios empenhados na execução dessa política, como o da Fazenda, o de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o de Ciência e Tecnologia. Assim, ficou configurado o racha ministerial dentro do governo, que promove políticas antagônicas e que, sempre quando colocadas lado a lado para decisão do governo, pendeu para aquele que apresentava cifras mais expressivas.

Apesar de nomear petistas progressistas para as pastas do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, Lula, ao entregar um de seus ministérios a Roberto Rodrigues, fez a opção pelo agronegócio. Embora nunca feito de forma assumida, isso ao mesmo tempo representou a opção pela liberação dos transgênicos.

O período de modernização da agricultura ocorrido nas últimas quatro décadas ficou conhecido como Revolução Verde. Com amplo incentivo do Estado, por meio do direcionamento das políticas de ensino e pesquisa agropecuárias, assistência técnica e crédito agrícola, foram amplamente difundidos os pacotes tecnológicos da agricultura convencional baseados no uso de sementes melhoradas, entre elas as híbridas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e maquinário. Por ser altamente dependente de insumos externos à propriedade, esse modelo agrícola promoveu uma aproximação crescente da agricultura ao setor industrial.

As sementes transgênicas representam a continuidade desse paradigma, promovendo uma vinculação campo-indústria ainda mais forte. Hoje, as empresas de insumos são as mesmas das de sementes (e de fármacos). Um grupo de não mais de meia dúzia de multinacionais comprou praticamente todas as empresas nacionais de insumos e controla o setor. Só a Monsanto, por exemplo, controla mais de 90% do mercado de transgênicos no mundo. Não é de se estranhar, portanto, que atualmente, de cada quatro hectares cultivados com plantas transgênicas, três usam sementes resistentes a herbicidas. A mesma empresa fatura duas vezes, vendendo sementes e vendendo o herbicida, apesar de as empresas prometerem que o uso de sementes transgênicas reduz o uso de agrotóxicos. Mesmo dez anos depois do início da produção de transgênicos no mundo, a venda de agrotóxicos continua sendo a principal fonte de receita dessas empresas.

A apropriação privada de recursos genéticos por meio do patenteamento de sementes vem para consolidar a dependência dos agricultores em relação à indústria. Com a agricultura comandada pelo setor industrial e com a indústria concentrada e orientada para controlar ainda mais o sistema produtivo com pacotes tecnológicos agora com sementes pateteadas, a opção pelo agronegócio é também a opção pelos transgênicos.

## ANEXO

A Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos é uma rede que abriga ONGs, associações, movimentos populares e grupos diversos. As entidades que integram a campanha se comprometem com os princípios que a norteiam, entre eles: lutar pela instituição do debate amplo e democrático sobre os transgênicos com a sociedade, pela aplicação do princípio da precaução, pela realização de estudos criteriosos sobre a biossegurança dos transgênicos e pela avaliação dos impactos da agricultura transgênica sobre a produção de base familiar. As entidades da campanha defendem a agroecologia como modelo de produção para o campo e a rotulagem plena de alimentos que contenham transgênicos. Todas suas manifestações são pacíficas.

A seguir, listam-se cem organizações e redes que, em diferentes momentos, se envolveram e realizaram ações de campanha contra os transgênicos:

Articulação Nacional pela Agroecologia (ANA); Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac)/CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (Fetraf)/CUT; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores – Câmara Federal; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Centro de Tecnologias Alternativas e Populares da Zona da Mata (CTAZM) – MG; Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário (Sinpaf) – Diretoria Nacional; Assessoria; Federação de Maricultores de Santa Catarina (Famasc); Secretaria Nacional de Formação (SNF)/CUT; Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Associação de Agricultura Orgânico (AAO); Centro Ecológico de Ipê (CE-Ipê) – RS; CTA/Formad-MT; Animação Pastoral e Social do Meio Rural (APR); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins; Terra e Direitos; Rede Nacional de Advogados Populares (Renap); Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Fundação Rureco; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo; Rede Ecovida de Agroecologia; Sinpaf – Seção Sindical do CNPA; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Instituto Terra Azul; Fetagro – Rondônia; Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio); Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe; Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)/Crabi; Associação Profissional dos Engenheiros Florestais – RJ; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) – RJ; Sociedade Brasileira de Engenharia Florestal (Sbef); Movimento de Cidadania pelas Águas; Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul; Fundação Cebrac; Associação Ambientalista Pangea; Coalizão Rios Vivos; Cetap; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) – Chapecó/SC; STR – Espumoso/RS; STR – Constantina/RS; Centro de Estudos e Formação Chico Mendes – Toledo/PR; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); Sindicato dos Sociólogos de São Paulo; Centro Vianei de Educação Popular; Fase – Solidariedade e Educação; STR –

Chopinzinho/PR; Sintraf; Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Região Centro-Sul do Paraná; Sinpaf/Cenargen; Greenpeace Brasil; Núcleo Sindical Sudoeste do Paraná; Associação dos Professores Universitários de Santa Catarina (APUFSC); Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Secretaria de Agricultura do Paraná; ActionAid Brasil; Agora/RS; Fesans/RS; Cooperativa Ecológica Coolméia; Cooperiguaçu; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Pernambuco; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – MG (Fetaemg); Associação das Donas de Casa, dos Consumidores e da Cidadania (Adocon) – SC; Associação de Defesa e Orientação dos Consumidores (Adoc) – PR; Sistema de Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar – Francisco Beltrão/PR; Fórum das Entidades – Região Centro do Paraná; Cooperecológica; Movimento das Donas de Casa e Consumidores – RS; Movimento das Donas de Casa e Consumidores – BA; STR – Mandai/SC; Fetagri – MS; Associação Crescer; Friends of the Earth International; Rede de Jornalistas Ambientais Brasileiros; Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA) do Paraná; Deser – Movimento de Mulheres Camponesas; Via Campesina; Feab; Instituto Socioambiental (ISA); Instituto Biodinâmico (IBD); Associação Biodinâmica (ABD); Rede Capa; Holos; Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH); Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais; Caminho de Libertação dos Sem Terra – CLST; Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

**Agradecimentos especiais a Flavia Londres, que vivenciou essa história, pela revisão e sugestões ao texto.**

UM PROJETO

**i**Base **etinho**

APOIO

**act:ona**id  
brasil



FORD FOUNDATION